

MARCHA DAS MULHERES NEGRIAS DE SÃO PAULO

CONVITE À
ORGANIZAÇÃO
COLETIVA



CADERNO

3

FICHA TÉCNICA

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ). O conteúdo da publicação é responsabilidade exclusiva de Marcha das Mulheres Negras de São Paulo e não representa necessariamente a posição da FRL.

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS

DE SÃO PAULO. Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas



MARCHA DAS MULHERES NEGRAS DE SP

Instagram/[marchadasmulheresnegrassp](#)
narrativasdeliberdade@gmail.com

Coordenação Geral

Andréia Alves e Juliana Gonçalves

Autoras

Ana Paula Evangelista,

Andréia Alves e Juliana Gonçalves

Co-autoria

Luciana Araújo e Nilza Iraci

Pesquisadoras

**Ana Paula Evangelista, Andréia Alves
e Juliana Gonçalves**

Fotografias

Dai Pettine, Jessica Laurinda,

Vanderlei Yui

ORALITURAS

[oralituras.com.br](#)

Coordenação Editorial

Maitê Freitas

Assistente Editorial

Agnis Freitas

Projeto gráfico e diagramação

Silvana Martins

Ilustrações

Neon Cunha

Revisão

Larissa Moreira e Janaina Ramos

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO

[rosalux.org.br](#)

Diretor

Torge Loedding

Coordenação de Projetos

Christiane Gomes

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

M315

Marcha das Mulheres Negras de São Paulo: convite à organização coletiva / Andréia Alves (Organizadora), Ana Paula Evangelista (Organizadora), Juliana Gonçalves (Organizadora) - São Paulo: Oralituras, 2021.

(Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, V.1)

28 p.; 15 X 21 cm

ISBN: 978-65-995064-1-3 - V.3

1. Feminismo negro. 2. Mulheres negras. 3. Política. 4. Organização coletiva. 5. Movimento popular. I. Alves, Andréia (Organizadora). II. Evangelista, Ana Paula (Organizadora). III. Gonçalves, Juliana (Organizadora). IV. Título.

CDD 305.42

IN ONE

MANEIRAS DE SE ORGANIZAR:

- ▣ Associações
- ▣ Coletivos
- ▣ Cooperativas
- ▣ Frentes
- ▣ Grupos de estudos
- ▣ Instituições religiosas
- ▣ Núcleo de Estudos
- ▣ ONG's
- ▣ Partidos políticos
- ▣ Sindicatos

4

ALIMENTANDO SABERES

10

- ▣ Ancestralidade
- ▣ Bem viver
- ▣ Bifobia
- ▣ Capacitismo
- ▣ Colorismo
- ▣ Encarceramento em massa
- ▣ Epistemicídio
- ▣ Feminicídio
- ▣ Feminismo Negro
- ▣ Griot
- ▣ Horizontalidade

- ▣ Identidade de gênero
- ▣ Interseccionalidade
- ▣ Lesbofobia
- ▣ Necropolítica
- ▣ Racismo institucional
- ▣ Racismo patriarcal cisheteronormativo
- ▣ Racismo religioso
- ▣ Sankofa
- ▣ Transfobia
- ▣ Ubuntu
- ▣ Valores civilizatórios

3

INTRODUÇÃO

MANEIRAS DE SE ORGANIZAR



Uma pergunta muito comum feita para pessoas que atuam na luta de combate ao racismo é: **onde está o movimento negro?**

E a resposta é quase sempre a mesma: está em todo lugar! Estamos nas favelas e periferias de São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Brasília e Pará. Estamos no sertão da Bahia, de Alagoas, Maranhão, Piauí, Minas Gerais. No litoral norte, sul, leste, oeste de cada estado. Mesmo em lugares onde somos minoria, como a região Sul do Brasil, sempre estivemos em movimento. Estamos aquilombadas dentro e fora dos quilombos, estamos nos terreiros de candomblé, casas de umbanda e organizadas em templos evangélicos. Somos cultura de tradição, afrofuturistas, parlamentares, acadêmicas, sem-terra, sem-teto e com fome. Somos movimento de empregadas domésticas, movimento de mães, somos samba e movimento hip hop (que já traz pulsante no nome).

Estamos em todos os lugares e o movimento, portanto, sou eu, você. Pode ser todos nós organizados de diversas maneiras, seja pelo conjunto das ações de coletivos, entidades, ONGs e diversos setores sociais em defesa ou promoção direitos das pessoas negras.





ASSOCIAÇÕES

Reconhecido pela Lei 10.406/02 uma associação é a união consensual e sem fins lucrativos entre dois ou mais indivíduos (CPF) podendo ou não ter personalidade jurídica (CNPJ), tendo como objetivo realizar ações em comum. Uma associação exerce o papel social de reunir esforços em prol de uma necessidade coletiva. Pensar estratégias e subsídios para o segmento ao qual representa, pautando sempre a defesa dos interesses de seus associados.

A associação é em suma uma pessoa jurídica com direitos privados, por isso são geralmente oficializadas por CNPJ e divididas hierarquicamente. Sua diretoria é composta por uma equipe de 6 pessoas: Presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário, 1º tesoureiro e 2º tesoureiro e os diretores são aqueles que representam o CNPJ e consequentemente os atos praticados em seu nome.

Os tipos mais comuns de associações são:

- ☒ De moradores;
- ☒ De mãe/pais e mestres;
- ☒ Filantrópicas;
- ☒ De produtoras/es;
- ☒ Culturais, desportivas e sociais;
- ☒ De classe.

COLETIVOS

São caracterizados por agrupamentos de pessoas com interesses comuns e que pensam estratégias de incidência em algum tema ou de fortalecimento das pautas coletivas. Os coletivos podem existir em todo e qualquer âmbito social, basta agregar mais de duas pessoas em torno de pautas em comum.

COOPERATIVAS

O sistema cooperativista é fruto de lutas sociais dos trabalhadores pela própria sobrevivência. A cooperativa caracteriza-se por ser uma sociedade de pessoas, cujo objetivo é fortalecer seus membros para a obtenção de condições econômicas competitivas por trabalharem conjuntamente de maneira autônoma, diferente do que conseguiriam se trabalhassem sozinhos. Uma cooperativa precisa prestar um serviço à sociedade, e proporcionar benefícios ao/à cooperado/a. No universo da catação de material reciclável, o papel da mulher é de protagonismo: hoje, as mulheres são maioria, representando entre 60% e 70% dos/as profissionais da área em atividade no Brasil. Atualmente, estima-se haver um contingente de 600 a 800 mil pessoas que desenvolvem as atividades de catação no país, dos quais 75% são mulheres e 66,4% se declaram negras/os e pardas/os, uma média de duas a cada três pessoas que exercem as atividades de catação¹. Se organizar enquanto cooperativa foi algo fundamental para sobrevivência dessas mulheres. Aqui percebemos que as cooperativas surgem pautadas na condição social de determinados grupo na busca por emancipação financeira e organização em torno da condição de classe trabalhadora que ocupa.

¹Dados disponíveis em: <http://www.mnrc.org.br/setores/mulheres-catadoras>
Acessado em 4 de setembro de 2020.

FRENTES/ARTICULAÇÃO

São caracterizadas por um conjunto de pessoas, entidades e coletivos. O intuito é se fortalecer e aquilombar. Ao reunirmos os diversos segmentos em prol de um denominador comum, recebemos um olhar de maior atenção, seja da sociedade civil, dos governantes ou até mesmo das instituições privadas. Tornando possível, um melhor êxito para as nossas lutas e causas. As Frentes não têm fins lucrativos, podem ser partidárias, isso depende muito dos acordos estabelecidos com as/ os integrantes e podem se organizam em segmentos distintos. A MMNSP é um exemplo de Frente. Aqui, dialogamos com entidades ou representantes delas. Temos um espaço com alternância de diálogos que acolhe mulheres negras, reconhece suas especificidades e atua no combate às opressões de gênero, raça e classe.



INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

As instituições religiosas têm um grande papel social na vida das pessoas. É comum percebermos diversas manifestações culturais e educacionais nestes espaços, reforçando o que chamamos de educação não formal, ou seja, aquela que não se dá nos espaços formais de educação, mas que tem a sua importância legitimada na formação de todo e qualquer indivíduo. Não há nesses espaços uma exigência de saberes acadêmicos, os participantes partem da necessidade de sua comunidade e a partir dali iniciam um trabalho, que quase sempre está relacionado às suas crenças, princípios e normas religiosas. Temos exemplos de instituições religiosas distintas e que contemplam todas as crenças, citaremos aqui as pastorais que promovem ações coletivas de amparo social, os terreiros de religião de matrizes africanas, os núcleos sociais das congregações evangélicas, mas ressaltamos que existem no Brasil uma gama de possibilidades.

Em São Paulo, temos como referência o Axé Ilê Obá, fundado em 1950 e localizado no bairro do Jabaquara. É o primeiro terreiro do estado de São Paulo a ser tombado como Bem do Interesse Histórico, ato que ocorreu em 1990. Temos como fruto deste legado, o Centro de Culturas Negras do Jabaquara - CCN - nacional, datado de 1719 e reconhecido enquanto rota de escravizados. Tem como fundadora Mãe Sylvia de Oxalá se tornando um lugar de luta pela manutenção das culturas africanas e afrobrasileiras. Este espaço se tornou referência em São Paulo reforçando a importância das culturas negras, a luta contra o racismo religioso reconhecidos internacionalmente.

A Marcha também conta com apoio de algumas instituições religiosas que são: Ilê Asé Oyá Mesan Orum e Ògún, Ilé Íyá Ódò Àsé Aláafin Òyó e Ilé Asè Oju Oyá. Fazem parte da MMNSP mulheres católicas, espíritas, evangélicas, entre outras, pois reconhecemos que as lutas contra o racismo religioso, bem como a luta por justiça social, são pilares em nossas ações.

GRUPOS DE ESTUDO

Organizado em busca de potencializar o aprendizado, é chamado de grupo de estudo o agrupamento de pessoas em dias e horários pré-estabelecidos para estudarem juntos. É um modo dinâmico e menos solitário de estudo, além disso, permite interação e troca de opiniões que podem auxiliar na compreensão do conteúdo. Por exemplo, do curso de formação “Narrativas de Liberdade”, nasceu um grupo de estudos que se dedica à leitura de livros de mulheres negras. A iniciativa de fazer uma coletiva de leitura ganhou vida em um dos últimos encontros do projeto “Narrativas de Liberdade no Centro de Cultura Social” da Vila Dalva, na Zona Oeste de São Paulo. Após a finalização do curso decidimos unir a vontade de ler autoras negras com o forte desejo de nos mantermos juntas, fortalecendo ainda mais a conexão criada em cada formação.

NÚCLEOS DE ESTUDO

São espaços estruturados por departamentos educacionais de nível superior. Tem por objetivo dar início ou continuidade a pesquisas e investigações coletivas, reunindo estudantes, intelectuais, professores, coordenadores para o aperfeiçoamento pessoal e acadêmico a níveis de extensão, pós-graduação, mestrado e doutorado.

O núcleo de estudos afrobrasileiros - NEAB - presente nas instituições de ensino superior desde 1959, a partir da criação do Centro de Estudos Afro-orientais - CEAO - tornou-se referência na inserção das discussões étnicas nas universidades. Ao longo do tempo e de amplas discussões, o núcleo passou a adotar a sigla NEABIS - Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - impulsionando assim as leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam da obrigatoriedade de se pautar as culturas afrobrasileiras e indígenas na educação brasileira.



ONGS

As organizações não governamentais (ONGs) são entidades privadas da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo propósito é defender e promover uma causa política. Essa causa pode ser virtualmente de qualquer tipo: luta contra o racismo, questões de gênero, urbanas, dos imigrantes, direitos humanos, direito à terra, à moradia, entre muitos outros. Essas organizações são parte do terceiro setor, grupo que abrange todas as entidades sem fins lucrativos. Surgiram para suprir demandas que não eram atendidas de modo satisfatório pelo Estado.

PARTIDOS POLÍTICOS

O Brasil é um país pluripartidário e conta com mais de 30 legendas políticas registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os Partidos políticos têm funções sociais que afetam diretamente a conjuntura política e que podem ser reivindicadas pela sociedade - e podem ser legalizados na Justiça Eleitoral ou não, pois o partido é fundamentalmente um coletivo que se organiza para defender uma ideia.

Estão associados baseados em suas convicções políticas, organizando um plano de governo de acordo com seus ideais. Como características básicas de ação que definem um partido podemos apontar a formação de um grupo em torno de ideias em comum, organização destas ideias em um plano de conquista de cargos governamentais, administração de uma cidade, estado ou país respaldada nas propostas de campanha vinculada às correntes de pensamento político que atendem às demandas da população.



SINDICATOS

Os sindicatos são constituídos com o objetivo de proteger os direitos dos trabalhadores de uma categoria, negociando diretamente com os empregadores. Entre as principais responsabilidades dos sindicatos estão a negociação de acordos coletivos, intervenção legal em ações judiciais, orientação sobre questões trabalhistas, participação na elaboração da legislação do trabalho, recebimento e encaminhamento de denúncias trabalhistas e preocupação com a condição social do trabalhador. Com o intuito na melhoria na qualidade de vida do trabalhador, o sindicato pode criar projetos visando melhores condições de trabalho.

VERBETES

ALIMENTANDO SABERES



10

A MMNSP, ao longo destes seis anos, produziu muitos materiais com o objetivo de comunicar nossas propostas, lutas, reivindicações e também com o intuito de educar. No ano de 2017 elaboramos um material que virou adesivo e espalhamos no vento. Um trabalho em formato de verbete, escrito por muitas de nós. Alguns exemplos, a seguir:

AÇÃO AFIRMATIVA

Ações afirmativas são um conjunto de políticas públicas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário concebidas com vistas à promoção de populações historicamente discriminadas e ao combate à discriminação. Cotas são apenas um tipo de ação afirmativa, há outros. As políticas de ação afirmativa têm como objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, se aproximando do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais e direitos de cidadania plena.



ADVOCACY

Não existe tradução para o português do termo Advocacy (defesa e gestão política), que vem do verbo inglês to advocate, e “que consiste na combinação de estratégias dirigidas a organizar a cidadania para que ela influa na tomada de decisões do governo e de outros atores públicos e privados, com o objetivo de solucionar problemas comuns e alcançar mudanças políticas e sociais...”. Corresponde às tentativas de influenciar o clima político, as decisões sobre políticas, programas e orçamentos, as percepções públicas sobre normas sociais, o envolvimento e o apoio da sociedade para um determinado tema ou causa, através de um conjunto de ações bem planejadas e organizadas, realizadas por um grupo de indivíduos ou organizações comprometidas e que trabalham de maneira articulada

(Fonte: UNFPA, 2002).

BIFOBIA

Bifobia é a violência relacionada à orientação sexual que se define pelo interesse romântico, afetivo e sexual por mulheres e homens. Uma das grandes dificuldades em ser uma mulher negra bissexual é a invisibilidade. Isso afeta nossa vida amorosa, mas também nossa existência enquanto cidadãs. Ser bissexual não é estar disponível para o sexo a qualquer momento e com qualquer pessoa. Precisamos criar políticas públicas considerando a orientação sexual de quem se relaciona com homens e mulheres, especialmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, para que a bifobia, nos espaços institucionais, não retroalimente outras violências e justifiquem a invisibilidade de mulheres negras bissexuais.

BEM VIVER

A teoria do Bem Viver nasceu da resistência dos povos indígenas da América Latina, tendo correspondências em diversas filosofias fora da cultura ocidental. Ela apresenta uma forma diferente de relacionamento entre os seres humanos, as sociedades e a natureza. A noção do Bem Viver se contrapõe à ideia de progresso e desenvolvimento porque considera que essa noção é discriminatória e violenta, e não contribui para transformar a vida de mulheres negras e indígenas.

A sabedoria milenar de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas formas de gestão do coletivo e do individual, da natureza, da política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, na utopia de construir um mundo digno para todas.

BRANQUITUD

Muitos autores debruçaram-se na pesquisa deste conceito que se origina nos Estados Unidos. A pesquisadora Ruth Frankenberg define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco, vê os outros, e a si mesmo, em uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo. No Brasil, onde durante muito tempo se vendeu a ideia de democracia racial, pautada na ausência de conflitos entre os grupos étnicos, as questões raciais serviram desde sempre para traçar linhas imaginárias entre as classes dominantes e as sistematicamente oprimidas. Para a Dra. Cida Bento, pensar nas heranças simbólicas e nas relações seculares de poder é também refletir sobre os privilégios em um sistema que executa de forma voraz a função de agente facilitador, trabalhando incessantemente na continuidade e manutenção de poder. Segundo Bento, esse processo interfere significativamente na identidade de indivíduos não brancos, na medida em que estes detêm além do poder estrutural, legitimidade e o privilégio postulado por uma supremacia racial, que, mesmo não declarada, determina o poder em todas as esferas.

CAPACITISMO

É o ataque à diversidade e complexidade humanas pré-definindo pessoas como não iguais, inaptas, assexuadas e inaceitáveis.

Expressões pejorativas como “retardada”, “esclerosada”, “aleijada” são exemplos de capacitismo. 23,9% das pessoas que compõem a população brasileira é diversa (IBGE, 2010), seja física ou intelectual, e mulheres negras e indígenas são a maioria desse grupo, ou seja, são as mais vitimadas pelo capacitismo. Cerca de 40% dessas mulheres já sofreram violência doméstica evidenciando a relação do capacitismo com a misoginia, racismo e classismo, que somados às expõem a uma grave realidade de exclusão.

COLORISMO

O colorismo aponta diferenças nas vivências do racismo entre pessoas de pele mais clara e as de pele mais escura. No país da miscigenação racial, onde quanto mais claro de pele se é, mas passabilidade se tem no meio da branquitude, esse debate é urgente, embora apresente muitos desafios. Segundo Gonçalves (2018), o colorismo faz com que negros retintos e de pele clara vivenciem opressões e oportunidades de acesso e mobilidade de maneiras distintas numa sociedade onde o racismo é estrutural. “O racismo é elemento estrutural que atravessa todos os negros sem exceção, e ele incide de maneira distinta dependendo do seu gênero, idade, classe social, território e tom de pele”, afirma a autora que também é membra da MMNSP. Muitas vezes o debate sobre colorismo cria cisões entre pessoas negras e este caminho precisa ser evitado, já que o que precisamos combater é o racismo. O colorismo, enquanto ferramenta da dominação branca, pode ser usado para colocar negros retintos e de pele clara em lados opostos das trincheiras. Por outro lado, entre pessoas negras é uma conversa necessária para que negros de pele clara se comprometam também contra essa ferramenta que marginaliza ainda mais pessoas negras retintas. Esse exercício passa pelo reconhecimento de benefícios circunstâncias que podem receber por terem a pele mais clara. Ao mesmo tempo, temos que tomar cuidado para que não haja a reprodução de discursos que neguem a negritude de pessoas negras de pele mais clara. Ou seja, irmos na direção onde há negros “mais negros” dos que os demais. Vale lembrar que unir negros de pele clara (chamados de pardos pelo IBGE) e negros escuros (entendidos como pretos) foi uma estratégia do Movimento Negro para conseguirmos ser maioria no Brasil e assim conquistar políticas públicas.

COTAS

São medidas que criam uma reserva de vagas em instituições públicas ou privadas para determinados segmentos sociais. É considerada uma forma de ação afirmativa, segundo conceito surgido nos Estados Unidos na década de 1960. Em 1996, o Congresso Nacional brasileiro instituiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral – que obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado e o mínimo passou a ser de 30%. Em 2012 o governo brasileiro sancionou a Lei de Cotas, que consiste na reserva de vagas das universidades públicas para negros, índios, alunos de escolas públicas, entre outros grupos.



DISCRIMINAÇÃO

Diz respeito a toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo, gênero, raça, cor da pele, linhagem, origem nacional ou étnica, orientação sexual, condição social, religião, idade, deficiência etc., que tenha por objeto ou por resultado anular ou depreciar o reconhecimento, gozo ou exercício em condições de igualdade dos direitos humanos e liberdades fundamentais em todas as esferas, incluindo a pública, privada, política, econômica, cultural ou civil.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Em janeiro de 1989, foi sancionada a lei nº 7716, que tipifica como crime qualquer manifestação, direta ou indireta, de segregação, exclusão e preconceito com motivação racial. Ou seja, discriminação racial é crime no Brasil e se manifesta com a distinção, exclusão ou restrição de uma pessoa como base na sua raça/cor.

DIVERSIDADE

É um dos princípios básicos de cidadania e um valor civilizatório que herdamos da nossa ancestralidade africana. Visa garantir a cada indivíduo as condições para o pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades, considerando a busca por oportunidades iguais e o respeito à dignidade. Representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais.

ENCARCERAMENTO EM MASSA

O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo. Estudos revelam que a maioria das mulheres encarceradas são negras (68%) e dessas, 50% têm entre 18 e 29 anos. A taxa de encarceramento cresceu mais de 400% na última década.

A mesma lógica que criou a massa prisional nos Estados Unidos acontece aqui, promovida pela ideia de que vidas negras são dispensáveis e descartáveis e agora sofremos a pressão para a privatização das prisões. As mulheres negras enfrentam o racismo antes e depois do encarceramento. Primeiro por serem um dos alvos preferenciais da polícia e da política contra as drogas, e depois por terem os direitos à vida, à saúde, ao bem-estar, à educação, ao trabalho e à assistência jurídica violados pelo Estado.

EPISTEMICÍDIO

A negação da legitimidade do conhecimento, dos saberes, dos símbolos e signos de grupos socialmente dominados é um processo chamado de epistemocídio. O combate a esse processo exige tirar da invisibilidade a produção de conhecimento negra, indígena, andina. Ou seja, epistemologias (saberes) fora da hegemonia patriarcal, capitalista, supremacista branca e ocidental. Sueli Carneiro em sua tese de doutorado (2005) traz o conceito que foi buscar no filósofo português Boaventura Sousa Santos (1997), para quem o epistemocídio se constituiu e se constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial.

EQUIDADE

Configura um princípio de justiça redistributiva, proporcional, que se pauta mais pelas necessidades de pessoas e coletivos e por um senso reparador de dívidas, do que pela sua igualdade formal diante da lei. Representa o aprofundamento do princípio de igualdade formal de todos diante da lei.

ESTEREÓTIPO

É um conjunto de traços que supostamente caracterizam a um grupo, deformando sua imagem da mesma maneira que quando se faz uma caricatura, com todos os perigos de distorção e empobrecimento da percepção social. Na Comunicação é muito comum praticar o estereótipo em relação à população negra e às mulheres.

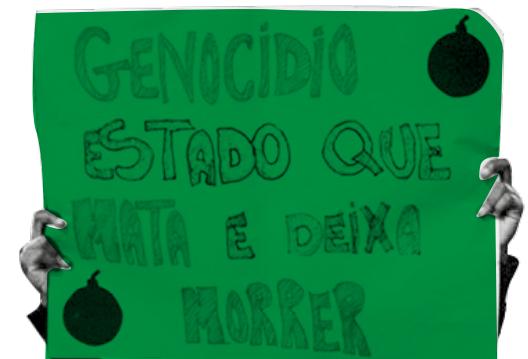
FEMINICÍDIO

Enquadra o assassinato de mulheres ou meninas como crime hediondo, quando a motivação tem como fundamento a condição de sexo feminino, envolvido pela violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação.

Por crime hediondo entende-se aquele de extrema gravidade, é um crime inafiançável, sem anistia ou indulto. A taxa de feminicídios no Brasil é a 5^a maior no mundo, uma mulher é assassinada a cada 2 horas e, nos últimos 10 anos, o número de Mulheres Negras assassinadas aumentou 54%.

Sabemos que uma Lei não tem a capacidade de transformar uma cultura instantaneamente, mas tem peso regulador e disciplinador dentro do processo cultural.

Mais de um terço dos estados brasileiros não divulgam a classificação de raça das mulheres vítimas de violência, e os que divulgam abrem precedentes para dúvidas, já que o campo de classificação aparece como “não informado”



FEMINISMO NEGRO

É um movimento político, uma ideologia e uma ferramenta pautada nas discussões de raça e gênero, com o objetivo de trazer narrativas invisibilizadas pelo sistema patriarcal hegemônico nacional e internacional. É sistematizado ao final da década de 1970, por conta das fortes demandas trazidas por mulheres negras que contrapunham as ideologias feministas brancas, pois entendiam que estas fomentam espaços e manutenção de privilégio. O feminismo negro surge na contramão do feminismo hegemônico que só pauta a discussão a partir de um eixo: o gênero. Contudo, a experiência da mulher negra não se resume ao gênero, pois está submetida às questões raciais.

GÊNERO

Busca explicar as relações sociais entre homens e mulheres. Esse conceito foi utilizado como categoria de análise que define o “ser mulher” ou “ser homem” como uma construção social. A palavra gênero, tirada da gramática, foi utilizada para identificar essa construção, diferenciando-a do sexo biológico. Podemos afirmar que a categoria gênero – a despeito de suas distintas utilizações – tem viabilizado um maior reconhecimento do ideário feminista, assim como das desigualdades estruturais que afetam distintamente homens e mulheres, contribuindo para inscrever, no campo das políticas públicas, a pertinência do tema e da utilização do termo.

HOMOFobia

Caracteriza pelo medo e, consequentemente, o desprezo pelos homossexuais que alguns indivíduos sentem. O termo é usado para descrever uma repulsa face às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Em junho de 2019, o STF decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia, determinando que a conduta passe a ser punida.

HORIZONTALIDADE

A estratégia da horizontalidade foi escolhida na organização da MMNSP para facilitar a partilha das informações e democratizar as tomadas de decisões. Ela é caracterizada pela inexistência de níveis hierárquicos entre as membras da coletiva. Assim, todas têm igual importância. Desse modo, todas as decisões são tomadas em momentos coletivos como reuniões e assembleias, sejam elas presenciais ou online. O método de organização proporciona a criação de consensos entre os presentes de forma pedagógica e solidária ou se necessário, abrimos para votação, onde, se a maioria das integrantes escolherem, assim será. O contrário disso seria se organizar na verticalidade, ou seja, termos mulheres com maior peso do que outras nas tomadas de decisão, assim, repudiamos desigualdades entre nós, e por isso, optamos pela organização horizontal.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Identidade de gênero diz respeito ao gênero com o qual uma pessoa se identifica. É independente do sexo, ou seja, das características que foram impostas a elas em função de seu sexo biológico. Essa identificação é identidades tem um repertório histórico extenso, você sabia que para os povos Navajos, povos tradicionais oriundos da América do Norte, não existiam padrões binários de gênero como nas sociedades europeias? Eles reconheciam cinco classificações, o feminino, o masculino, o feminino de dois espíritos, o masculino de dois espíritos e o transgênero, reafirmando assim que tais classificações estão ligadas à questão cultural, pois o gênero não existe naturalmente e é construído à medida em que as pessoas vão se expressando em sociedade.

INTERSECCIONALIDADE

É a teoria que estuda a intersecção e é pautada nas identidades sociais que atravessam os indivíduos nas suas trajetórias, é utilizado como perspectiva e reconhecido nas inquietações das intelectuais negras. O termo surge a partir dos estudos da afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw e ganha popularidade acadêmica após a Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001. No Brasil, há uma diversidade de intelectuais negras que se debruçaram a temática e pautaram “a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”, a fim de compreender o impacto desses atravessamentos na construção social e identitária das mulheres negras brasileiras. Tais estudos têm como ponto de partida o racismo proveniente dos movimentos feministas brancos, bem como o machismo enraizados nos movimentos antirracistas e o fracasso de ambos nas discussões decoloniais. No Brasil, muito antes desse termo chegar, Lélia Gonzalez apontava as múltiplas discriminações acumulativas vividas pelas mulheres negras.

LESBOFOBIA

É o ódio direcionado às mulheres que se relacionam com mulheres. Essas violências se baseiam na misoginia e por romperem com o controle dos homens sobre os corpos das mulheres. Em 2016, das 3.000 denúncias realizadas à Secretaria de Direitos Humanos por LGBTs, 37,59% eram de lésbicas. Já o Disque 100 divulgou que 9% das denúncias de estupro (estupro coletivo), em 2014, também vieram desta população. Mas esses dados estão longe da realidade, pois são subnotificados em função dos estereótipos e preconceitos no ato da denúncia. A situação se agrava quando se é negra e da periferia. Casos de espancamentos e feminicídios engrossam estes números.

MERITOCRACIA

Sistema em que aquelas ou aqueles supostamente mais aptos ou preparados ocupariam as melhores posições na hierarquia social. Os movimentos sociais, sobretudo, os movimentos negros, têm provado que a meritocracia é uma mentira, já que há condições sociais desiguais estruturantes e que barram também os esforços pessoais.

NECROPOLÍTICA

A origem do termo é do teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe. Necropolítica é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Com base no biopoder e em suas tecnologias de controlar populações, o “deixar morrer” se torna aceitável. Mas não aceitável a todos os corpos. O corpo “descartável” é aquele que está em constante mira do Estado a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça.

Mbembe afirma que cabe ao Estado estabelecer o limite entre os direitos, a violência e a morte. Mas, ao invés disso, os Estados utilizam seu poder e discurso para criar zonas de morte. Ele afirma que quem morre em zonas como estas são grupos biológicos geralmente selecionados com base no racismo. Funciona assim: é apresentado o discurso de que determinados grupos encarnam um inimigo. A resposta é que, com suas mortes, não haverá mais violência. Assim, matar as pessoas desse grupo pode ser aceito como um mecanismo de segurança.

Nesse mesmo sentido de marginalização de pessoas, existem discursos que fortalecem a ideia de que existem lugares subalternizados com alta criminalidade em que vidas podem ser tiradas em prol do bem comum. A guerra ao tráfico e à criminalidade no Brasil é um exemplo.

Mas também há necropolítica nas prisões. O tratamento da população carcerária, com punições com foco na privação da liberdade, a superlotação das cadeias e baixas condições sanitárias são reflexos disso. Conforme apontado pelo Conjur, só em 2018 foram mais de 1.400 mortes em presídios no Brasil.

Esta crise já existente pode ser agravada ainda mais com governos fascistas e em tempos de pandemia.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

A orientação sexual se refere ao desejo afetivo-sexual, romântico ou não-romântico que uma pessoa tem por outra. Essa orientação pode, entre outras definições, ser homossexual, heterossexual, pansexual ou bissexual. Existem ainda outras modalidades de orientação sexual, como assexual.

A pessoa que possui orientação heterossexual é aquela que se sente atraída, afetiva ou sexualmente, por uma pessoa que possui o gênero oposto ao seu. A orientação homossexual diz respeito àquela pessoa que se sente atraída por alguém com o mesmo gênero que o seu.

Já a pessoa bissexual se atrai por ambos os gêneros, feminino ou masculino.

A orientação pansexual é a atração por outras pessoas, independente de sua identidade de gênero ser cisgênera, transgênera, não-binária ou outras. Existem ainda aquelas pessoas que podem não sentir qualquer tipo de desejo ou atração, sexual e/ou afetiva, por outras pessoas. Nesse caso, as pessoas possuem orientação assexual.

PPA – PLANO PLURIANUAL

É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O PPA é um instrumento coordenador de todas as ações governamentais e como tal orienta as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDOs) e os Orçamentos Anuais (LOAs), bem como todos os planos setoriais instituídos durante o seu período de vigência. Estrutura a ação do Estado para um quadriênio, traduz a orientação política do Governo e imprime uma diretriz estratégica aos orçamentos anuais.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Ações afirmativas são políticas públicas focais voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa. As políticas afirmativas têm como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades.

PRECONCEITO

Como seu nome o indica, é um “pré” conceito uma opinião que se emite antecipadamente, sem contar com informação suficiente para poder emitir um verdadeiro julgamento, fundamentado e raciocinado. Embora possa ser manifestar de forma individual, o preconceito cria problemas sociais.

RACISMO INSTITUCIONAL

“Trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica” (Carmichael e Hamilton, 1967).

Ele se traduz em formas de ineficiência, negligência e insuficiência institucionais que atuam como barreiras interpostas entre sujeitos, grupos e a realização de seus direitos.

O racismo institucional se associa a outras iniquidades, produzindo ou ampliando as desigualdades experimentadas pelas Mulheres Negras atingidas pelo racismo patriarcal, e tem participação direta na produção da vitimização, negligência ou invisibilização de suas necessidades, terminando por excluí-las dos resultados das conquistas de direitos.

RACISMO

É a convicção de que existe uma relação entre as características físicas hereditárias, como a cor da pele, e determinados traços de caráter e inteligência ou manifestações culturais. O racismo subentende ou afirma que existem raças puras, que estas são superiores às demais e que tal superioridade autoriza uma hegemonia política e histórica, pontos de vista contra os quais se levantam objeções consideráveis. Ao longo da história, a crença na existência de raças superiores e inferiores foi utilizada para justificar a escravidão ou o domínio de determinados povos por outros.

RACISMO PATRIARCAL

É um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexism e das fobias LGBT.

O conceito permite chamar a atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de pessoas e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal cisgenderonormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero, impondo barreiras à livre expressão dos direitos sexuais a indivíduos e grupos com identidades de gênero diferentes da norma, impedindo sua livre circulação social.

RACISMO RELIGIOSO

É a violência sofrida por praticantes de religiões de matriz africana, com especial incidência sobre as mulheres negras.

No atual governo, os ataques às comunidades de terreiro têm se intensificado, com perseguição ideológica e declarada falta de apoio das instituições.

Os casos envolvem violência física, discriminação, injúrias, difamação, negação de direitos, chegando até a incêndios provocados em templos religiosos.

Em 2019, o Disque 100 registrou 354 denúncias de intolerância religiosa, um aumento de 56% em relação ao ano anterior. Essa expressão demarca o ódio e busca nos distanciar de nossas raízes e crenças, além do extermínio de nossos espaços sagrados e saberes, onde as mulheres negras têm sido responsáveis pela preservação de nossa cultura, patrimônio imaterial e resistência.

TRANSFOBIA

O Brasil é o país em que mais se mata pessoas trans no mundo, 90% das travestis e mulheres transexuais se encontram na prostituição por falta de oportunidades, a expectativa de vida delas é de aproximadamente 35 anos, a média de vida total, conforme dados do IBGE, é de 75,5 anos.

Pessoas trans têm dificuldade em obter educação formal e cuidados de saúde específicos, além da falta de inserção no mercado de trabalho. A luta destas pessoas também é um processo histórico e coletivo de um grupo social por reconhecimento e direitos, de combate à transfobia e ao preconceito por identidade de gênero.

SANKOFA

Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar) é um valor tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental localizados atualmente em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan “se wo were fi na wosan kofa a yenki” que pode ser lido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”, é um dentre os muitos ideogramas dos adinkras que se configura enquanto um conjunto de símbolos. Pode ser representada por um pássaro mítico que tem seu bico voltado para a cauda e também em um ideograma espelhado com formato de coração.

UBUNTU

Enquanto filosofia, o ubuntu baseia-se na coletividade, solidariedade, respeito à ancestralidade e nas alianças entre os povos. Seu fundamento é associado à África subsaariana e língua Bantu (grupo etnolinguístico), sua tradução se tornou algo complexo, seria como dizer “sou o que sou pelo que nós somos” ou apenas “sou por que somos”.

VALORES CIVILIZATÓRIOS AFROBRASILEIROS

Valores civilizatórios são caracterizados através de manifestações políticas e culturais de determinados grupos sociais. São as ações objetivas e subjetivas, existenciais e espirituais, intelectuais e materiais, de uma nação. Se dão a partir do conjunto de conhecimentos compartilhados e estão ligados a identidade destes. Aqui trataremos dos valores africanos, de alguns modelos de organização e de como as culturas africanas e afrodiásporas resistiram ao racismo e a escravidão. Dar conta destes conteúdos é algo complexo. Aqui exporemos conceitos básicos e a partir daí convidamos a todas/os para um processo de estudo contínuo sobre a temática. A pesquisadora Azoilda Trindade (2006) aponta os valores civilizatórios afro-brasileiros como um conjunto de características formado por meio das várias influências étnicas que existem no povo brasileiro, mas ainda assim reconhecendo-os como valores herdados de nossos ancestrais africanos. Entre eles estão a circularidade, a oralidade, a ancestralidade, a corporeidade, a religiosidade, a musicalidade, o cooperativismo, a memória, a energia vital (axé) e a ludicidade.

Os povos tradicionais nos deixaram muitas heranças. A cultura é somente uma delas. Pensar este legado é entender que somos regidos pela diversidade étnica dos povos indígenas, europeus e africanos. Sendo assim uma cultura não está em detrimento de outra. Assim como nos fizeram crer durante algum tempo. Reivindicar esse lugar tem sido de suma importância para a mudança de paradigmas nos cenários político e educacional. Esses acessos têm nos permitido pautar narrativas invisibilizadas há séculos e compreender que essa luta é sim uma luta ancestral.

Os valores citados acima estão postos em nossa culinária, nos terreiros, no samba, nos esportes, na literatura e sobretudo na circularidade do resgate ancestral. É de suma importância que as leis 10.639/03 e 11.645/08, sejam postas em prática de maneira efetiva para que todas as referências possam ser lidas nas escolas.

CADERNO 1

INTRODUÇÃO: Um convite à organização coletiva, bora se aquilombar!

PREFÁCIO: Juntas e em movimento somos mais fortes

Marcha das Mulheres Negras de São Paulo:
sou porque somos!

COMO ESTAMOS ORGANIZADAS?

- » Conheça nossos GT's permanentes
- » Conheça nossos GT's temporários

PROJETOS PARA INSPIRAR

- » Narrativas de Liberdade
- » Aquilombar: ampliar universos
- » Mulheres Negras: principal alvo da "Nova Previdência"
- » Nasce mais um Projeto: bem viver, diálogo com a soberania alimentar

QUERO ME ORGANIZAR, O QUE FAZER?

ANCESTRAIS PARA CONHECER E REVERENCIAR:

- » Aqualtune
- » Dandara dos Palmares
- » Helena Nogueira
- » Lélia González
- » Luana Barbosa
- » Luiza Bairros
- » Mãe Stella de Oxóssi
- » Marielle Franco
- » Ruth de Souza
- » Sônia Leite
- » Theodosina Ribeiro
- » Tula Pilar
- » Xica Manicongo
- » Zeferina

CADERNO 2

NOSSAS GRIOTS:

- » Cida Bento
- » Conceição Evaristo
- » Gilda Pereira
- » Lenny Blue
- » Nilma Bentes
- » Nilza Iraci
- » Regina Lúcia
- » Sueli Carneiro



VOCÊ
ESTÁ
AQUI

CADERNO
3

MANEIRAS DE SE ORGANIZAR:

- Associações
- Coletivos
- Cooperativas
- Frentes
- Grupos de estudos
- Instituições religiosas
- Núcleo de Estudos
- ONG's
- Partidos políticos
- Redes
- Sindicatos

ALIMENTANDO SABERES

- Ancestralidade
- Bem viver
- Bifobia
- Capacitismo
- Colorismo
- Encarceramento em massa
- Epistemocídio
- Feminicídio
- Feminismo Negro
- Horizontalidade
- Identidade de gênero
- Interseccionalidade
- Lesbofobia
- Necropolítica
- Racismo institucional
- Racismo patriarcal
- Racismo religioso
- Sankofa
- Transfobia
- Ubuntu
- Valores civilizatórios afrobrasileiros

BIBLIOGRAFIA



BENTO, Maria Aparecida. **CARONE**, Iray: Psicologia Social do Racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58).

AKOTIRENE, Carla: Interseccionalidade / Carla Akotirene - São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

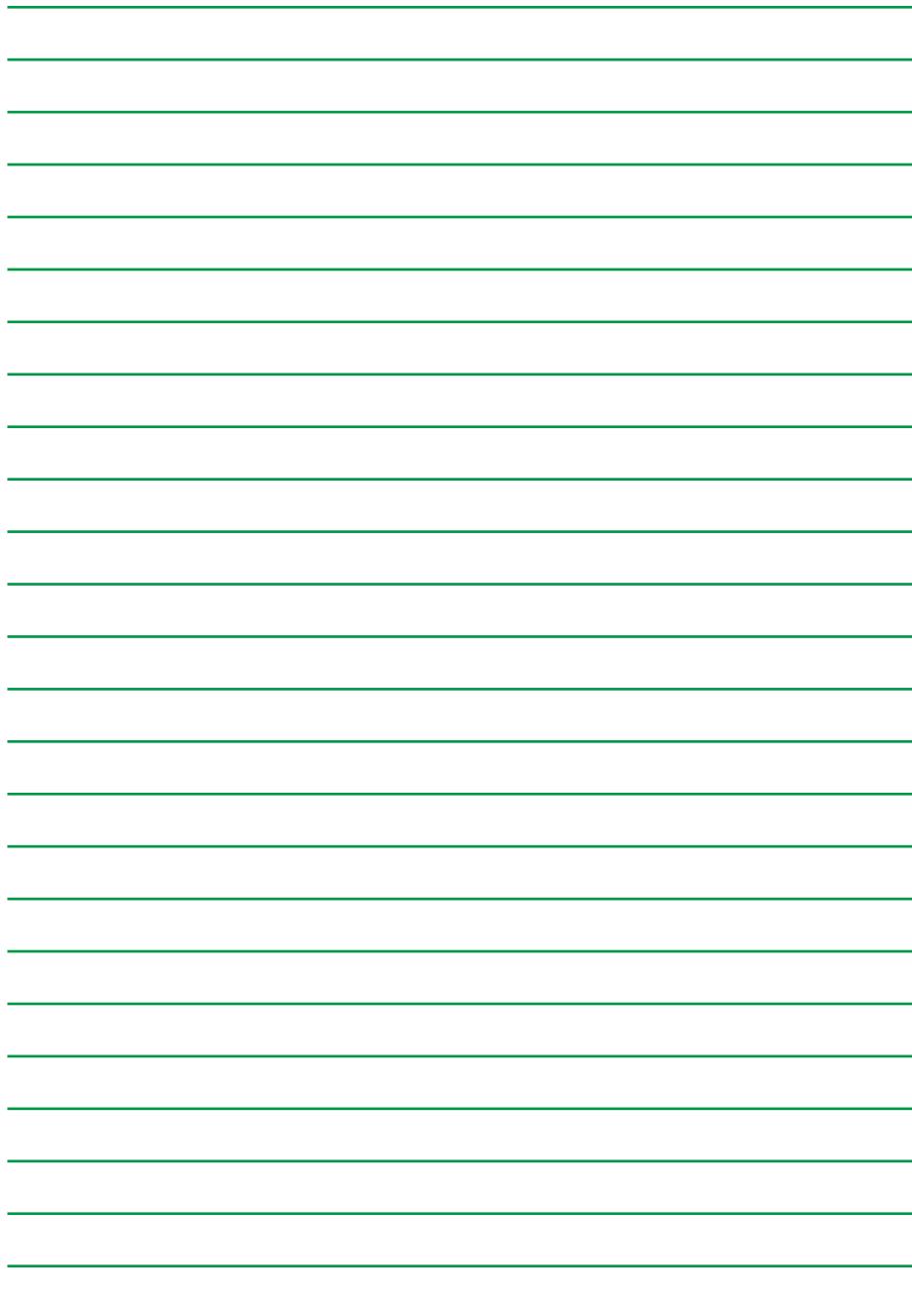
GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

Gonçalves, Juliana. De Ivone Lara à Fabiana Cozza: Colorismo, uma conversa necessária. Disponível em: <https://nosmulheresaperiferia.com.br/nossas-vozes/de-ivone-lara-a-fabiana-cozza-colorismo-uma-conversa-necessaria/>

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1 edições, 2018, 80p.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; HUNTLEY, Lynn (Org.). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 496 p. Inclui bibliografia. Publicado em parceria com a REDEH (Rede de Desenvolvimento Humano).





MARCHA DAS MULHERES NEGRAIS DE SÃO PAULO



narrativasdeliberdade@gmail.com
spmarchamulheresnegras2015@gmail.com



@marchadasmulheresnegrassp

ISBN: 978-65-995064-1-3



9 786599 506413

realização



apoio

